

## IV Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural

### A NOÇÃO DE TERRITÓRIO NAS PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL E REGIONAL

Grupo de trabalho: 9. Identidad y Territorio

Autor: Cláudio Machado Maia, doutorando em desenvolvimento rural, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, claudiomaia.dr@hotmail.com

Eduardo Ernesto Filippi, Prof. Dr. em Economia Política, UFRGS, edu\_292000@yahoo.com.br

Mario Riedl, Prof. Dr. em Sociologia, Universidade de Santa Cruz do Sul, mriedl@unisc.br

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL MESTRADO E DOUTORADO

##### Resumo:

O objetivo desta reflexão é apresentar elementos que contribuam para a construção de uma agenda de pesquisa que ajude a esclarecer o atual debate sobre diversas abordagens que se apropriam da expressão "território" no tocante à problemática do Desenvolvimento Rural e das situações que envolvem alternativas de interpretação ou implementação de ações ao processo de desenvolvimento. As nuances que o "território" tem assumido em diversos estudos e manifestações levam à necessidade de se evitar a "vulgarização e o senso comum" do termo. Neste estudo a expressão "território" surge como categoria para sintetizar, em conjunto coerente de interpretação e gestão, muitos dos elementos que constituem as novas estratégias de desenvolvimento rural, quando o reconhecendo da importância da integralidade do processo de desenvolvimento, da importância das instituições e do patrimônio cultural, político e histórico das sociedades encontra nos territórios fundamento para construir nova forma de aproximação do desenvolvimento rural.

Palavras-chaves: Território, desenvolvimento rural, ruralidade, agenda de pesquisa

"The Notion of Territory in Rural and Regional Development Researches"

##### ABSTRACT:

The purpose of this paper is to discuss issues that may contribute to the construction of a research agenda that helps to clarify the present debate about different approaches that use the concept of "territory" regarding rural development. The different meanings that the concept of "territory" has assumed in several studies requires the necessity to avoid the "vulgarization and common sense" of the concept. In this study "territory" is used as a category to sintetize a coherent set of interpretation and management, elements that constitute new strategies of rural

development, in which we take into account the complexity of the development process, as well as the role of institutions and the cultural, political and historical patrimony of societies.

Key-words: territory, rural development, rurality, research agenda.

O presente estudo compõe-se de seis partes. Após a introdução e a contextualização inicial, na parte três tenta-se apresentar a riqueza potencial do termo, buscando-se uma noção definidora. Na seção seguinte o foco é ilustrar o alcance socialmente crítico da análise sobre o território no âmbito de um repensamento da questão do desenvolvimento. Também são apresentadas considerações teóricas que potencialmente contribuem para se pensar a idéia de desenvolvimento rural como desenvolvimento territorial. Finalizando, são apresentadas considerações finais a respeito das observações explicitadas.

## **1. Introdução**

É crescente o interesse dos estudos na área de políticas públicas para o desenvolvimento regional e rural numa abordagem territorial. Multiplicaram-se os artigos, estudos e até surgem Programas de Governo sobre temas relacionados às políticas governamentais adotando a perspectiva (ou simplesmente se apropriando da expressão) territorial. Situação que pode incorrer o risco do termo assumir diferentes conotações e implicações quanto ao processo de desenvolvimento, bem como os interesses dos diversos “atores ou grupos” que se apropriam desta abordagem.

O objetivo desta reflexão é apresentar elementos que contribuam para a construção de uma agenda de pesquisa que ajude a esclarecer o atual debate sobre a questão “territorial” no tocante à problemática do “Desenvolvimento Rural” e das situações que envolvam alternativas de interpretação e/ou implementação de ações ao processo de desenvolvimento. Onde o território surge como categoria para sintetizar, em conjunto coerente de interpretação e gestão, muitos dos elementos que constituem as novas estratégias de desenvolvimento rural. Quando o

reconhecendo da importância da integralidade do processo de desenvolvimento, da importância das instituições e do patrimônio cultural, político e histórico das sociedades encontra nos territórios fundamento para construir nova forma de aproximação do desenvolvimento rural.

A essência do desenvolvimento rural numa perspectiva territorial, também encontra-se ligada a uma forma de reivindicação da organização territorial, como essência da proposta de visão renovada da ruralidade (PERICO e RIBEIRO, 2005, p.25).

## **2. Contextualização: uma trajetória para a redefinição conceitual**

O território seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente (VERDE, 2004, p.5). A tradição e a história têm permitido construir culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral, princípios étnicos, sentido de participação e identidade. A visão territorial propõe revalorizar esses elementos, dando-lhes espaço adequado e incorporando-os às políticas de desenvolvimento rural, fortalecendo, protegendo e preservando as culturas rurais.

Numa reflexão inicial, intuitivamente, parte-se do raciocínio de que o território é fundamentalmente definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão que se coloca, é quem domina ou influencia e/ou como domina ou influencia determinado espaço<sup>1</sup>.

O 'poder' corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir e uníssimo, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, 'o seu poder' também desaparece (ARENDRT, 1985, p.24 apud SOUZA, 1995, p. 80).

---

<sup>1</sup> Ajustando-se a uma noção de território "adequada", o universo de pesquisa pode constituir-se por uma unidade socioespacial (localidade, bairro, assentamento, comunidade, vilarejo, arraial, município, etc.) cuja amplitude é definida pelas famílias que a integram, relações sociais, ou construção de territórios (relações de proximidade e de integração) e de identidade referidas aos espaços rurais.

A conceituação acima resumida é interessante para que se possa compreender este artigo, uma vez que amplia e conjuga as idéias de poder (e, por extensão, território) e autonomia.

Conforme apresentado por Souza (1995, p.81) deve-se despir o conceito de território da imponência que ele acaba(ria) por invocar o “território nacional”, fazendo pensar no Estado como o gestor por excelência do território nacional. No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a esta escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas<sup>2</sup>, podendo ter um caráter permanente, mas também podendo ter uma existência periódica cíclica – séculos, décadas, anos, meses ou dias.

### **3. Uma aproximação conceitual**

A noção de território embutida no discurso científico confundia-se, e algumas vezes continua a confundir-se, com uma percepção contrária do que seja a realidade a ser observada e analisada. Para tratar desta questão, deve-se adotar um olhar multidisciplinar e epistemológico na análise do território, uma vez que um tratamento disciplinar apresentaria dificuldades para alcançar uma interpretação estratégica dos problemas de sociedades complexas.

Logo, devem-se considerar diversas disciplinas como ligadas à análise do território. A ciência política (via conceito de *poder*), a geografia (como disciplina do espaço social), a sociologia (tratando das relações sociais), a história e a economia (como interpretadoras da gênese da evolução das economias dos territórios), entre outras possibilidades de interpretação.

Por outro lado, conforme CLAVIJO (2007, p.2-3), no estado de arte, o conceito de território no desenvolvimento humano é entendido como um processo de transformações coletivas que se dão num dado espaço geográfico donde as comunidades são participantes. É por isto que o desenvolvimento é concebido desde enfoques territoriais.

---

<sup>2</sup> Desde a mais acanhada (por exemplo, a rua) à internacional (por exemplo, a área formada pelo conjunto dos territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN).

Já Flora (2006, p.9-24; e 2005a, p.2-20; 2005b, p.2-22), conceitua território como um conjunto de capitais, tais como capital físico (recursos naturais), capital em infra-estrutura, capital financeiro, capital humano, capital social, capital cultural e capital político. Nesta abordagem, os capitais podem ser vistos como um conjunto (assim como um sistema), e como tal podem ter propriedades emergentes e sinergias provenientes das inter-relações entre os diferentes capitais e seus diferentes pesos específicos. Um exemplo de sinergia, é a estética, é a resiliência das comunidades, e os diferentes produtos produzidos.

Deste modo o território se converte num sistema formado pela contribuição de cada um de seus componentes, onde as inter-relações entre os mesmos é a mais importante forma de criar sinergia, onde o ator da comunidade local<sup>3</sup> é o principal participante e responsável pela sinergia.

Brunet (1990) e Sabourin (2002) defendem que

pode-se perceber o Território como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais á identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços entre estes (BRUNET, 1990 apud VIEIRA e CAZELLA, 2008, p.6). Um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente” (SABOURIN, 2002).

Os estudos mais recentes sobre território como uma criação coletiva e institucional, indicam, por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro lado, demonstram que um “território dado<sup>4</sup>”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”. E sua construção<sup>5</sup> pressupõe existência de uma relação de proximidade dos atores (PECQUEUR, 1996 apud VIEIRA e CAZELLA, 2008, p.6).

---

<sup>3</sup> Da comunidade, no sentido de que pertence à sua comunidade.

<sup>4</sup> No caso de uma região que resulta de um processo de regionalização, como por exemplo os COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Processos de regionalização político administrativas que não consideram os territórios conforme sua complexidade abordada neste Ensaio.

<sup>5</sup> A percepção de construção de territórios pressupõe portanto como uma configuração mutável, provisória e historicamente dinâmica.

#### 4. Territórios e a perspectiva do risco da globalização: a territorialização

A perspectiva territorial considera a existência de Instituições que são elementos constitutivos da noção de desenvolvimento territorial.

Entretanto, pode-se compreender territorialização por um outro viés ou nível de entendimento: o da dominação. Por exemplo, citando BUCH-HANSEN (2003, p.323) ao analisar em seu artigo o processo de territorialização local como um espaço de disputa na Tailândia. Seguindo as idéias de Vandergeest e Peluso (1995) sobre territorialização, o estudo foca a luta entre vários atores de diferentes níveis, onde as agências nacionais do Governo Tailandês estavam cada vez mais “exprimidas” entre grandes Instituições desde o local à cena global pelo acesso a terra e pelo maior controle dos recursos naturais. Buch-Hansen (2003) cita as idéias de Vandergeest e Peluso (1995), que definiram territorialização como

“a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e reivindicando o controle (total) de uma área geográfica” e, desta maneira, territorialização refere-se a exclusão e inclusão de pessoas dentro de uma área geográfica particular, e em torno do controle do que as pessoas fazem e seus acessos aos recursos naturais dentro dessas áreas BUCH-HANSEN (2003, p.323).

Para a geografia do desenvolvimento, isto significa que as mudanças ou interações entre as forças econômicas, sociais e políticas estão refletindo no controle das pessoas e na utilização dos recursos naturais nos vários níveis da escala geográfica. Segundo esta definição de territorialização, o artigo mostra que as mudanças das paisagens locais no rural Tailandês não podem ser entendidas sem referir-se ao contexto das mudanças impostas pelas Instituições globais e nacionais. As mudanças que ocorrem nas áreas rurais da Tailândia durante a atual fase da globalização só podem ser entendidas como uma seqüência de um processo histórico contínuo<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Ao longo da história, várias Instituições tem continuamente assumido diferentes mudanças nos diferentes papéis no controle dos povos, territórios e recursos naturais na Tailândia. As instituições e o papel delas tem modificado a força da estrutura interna e externa. O importante papel do Estado Nação Moderno como foi criado nos anos 1900, na Europa, foi ganhar exclusiva força sobre a população e território. Na Tailândia uma mudança importante foi da ênfase controle total das pessoas (do povo) para o controle total território tomando lugar como o estabelecimento do Estado Nação Moderno. Antes da colonização, a preocupação do rei Thai e seu governo feudal foi somente o controle dos indivíduos e sua contribuição de trabalhos para manutenção da infraestrutura e da ordem pública. Na colonização, foram dadas concessões para as companhias estrangeiras baseadas no Tratado de *Bowring* de 1855 que abria o mercado interno e deram caminho a nova forma de territorialização. O Tratado de *Bowring* foi a primeira forma de mercado livre internacional promovido para beneficiar a Bretânia

## 5. Abordagens alternativas da temática da territorialidade

De uma forma mais crítica e abrangente, pressupõe-se não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas flexibilizar a visão do que seja território. Conforme Castro (1995, p.86-87), o território trata-se de um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, que ciente de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade – diferenciando entre “nós” (os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos<sup>7</sup>..., podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido<sup>8</sup>, e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (CASTRO, 1995, p.87).

Tais territorialidades flexíveis estão presentes nas grandes metrópoles, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos – territórios da prostituição, a territorialidade do tráfico de drogas no Rio de Janeiro onde os territórios-enclave (favelas) que encontram-se no tecido urbano, onde cada facção ou organização do tráfico de drogas apresenta-se como uma rede complexa unindo nós irmanados pelo pertencimento a um mesmo comando, sendo que no espaço concreto, nós de uma rede se intercalam com nós de outras redes, disputando a mesma área influência econômica (mercado consumidor) (CASTRO, 1995, p.92). Conforme descreve Castro (1995, p.97-98), os territórios chamados flexíveis ou flutuantes ou móveis, por serem os seus limites instáveis, mostram o quanto o território, enquanto campo de forças, logicamente existe sobre um espaço, por conta de uma capa invisível deste, mas não devendo só por isso, ser confundido com o substrato material<sup>9</sup>.

---

permitindo uma posição favorável de mercado; a demonstração do poder militar da Bretânia na Guerra do Ópio na China serviu como garantia para que o Tratado que não pudesse ser recusado.

<sup>7</sup> Espaços concretos são apenas os substratos das territorialidades.

<sup>8</sup> Ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos, meses, semanas ou mesmo dias, ou em alguns momentos.

<sup>9</sup> Na verdade, o substrato material a ser territorializado sequer precisa ser o solo; ele pode ser, também, uma superfície líquida, um mar territorial.

Agora, a discussão sobre o significado da palavra territorialidade. Territorialidade remeteria a algo extremamente abstrato<sup>10</sup>. Porém, destacando o conteúdo de “(imperativo de) controle territorial” usualmente presente na palavra territorialidade, cita-se Castro (1995, p.98) que prefere utilizar designando este conteúdo, a expressão territorialismo<sup>11</sup>.

Após analisar-se algumas faces desta realidade social que é o território, tentar-se-á construir a perspectiva de território como um espaço definido por e a partir de relações de poder. Entretanto, faz-se necessárias algumas considerações.

Concorda-se com Raffestin (1993, p.143), ao considerar o espaço como anterior ao território. Entretanto, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico.

Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente (CASTRO, 1995, p.96).

Seja como for, ao falar-se de territorialidade, neste estudo, conforme Castro (1995) e Raffestin (1993, p.160) refere-se a um tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço.

## 6. Considerações finais

Ampliar conceitualmente a noção de território encontra na releitura da problemática do desenvolvimento uma perspectiva onde a territorialidade autônoma<sup>12</sup> assume importância. É fundamental a percepção de que a noção de desenvolvimento aproxima-se de uma idéia muito próxima das necessidades mais elementares e do cotidiano dos homens e mulheres.

---

<sup>10</sup> De acordo com o que se disse há pouco, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial.

<sup>11</sup> É também uma estratégia.

<sup>12</sup> Autonomia: significa o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias.



No entendimento de Castro (1995, p.105), a autonomia constitui a base do desenvolvimento. “O desenvolvimento entendido como o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo de discussão livre e “racional” por parte de cada um dos membros da coletividade em torno do sentido e dos fins de viver em sociedade...”

Neste estudo apresentou-se elementos que podem contribuir ao entendimento da problemática do desenvolvimento numa perspectiva de território. Com o conceito de território considerando espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A intenção com isso, é ao mesmo tempo crítica e propositiva aos critérios usuais e ao uso indiscriminado da expressão território” em torno de problemáticas do desenvolvimento, substituir parâmetros disciplinares, de pouco alcance ou atrelados a um universo cultural particular.

Castro (1995, p.112), direcionou-se a abordagem “território” ao ressaltar a importância para a autonomia, livrando-se do padrão corrente de abordagens que detém-se nos usos “maquiavélicos” do espaço.

Logo, esta reflexão teórica estratégica nos leva a melhor pensar sobre desenvolvimento como uma das áreas onde se mostra com mais clareza a contribuição de território para a ciência social.

Em suma, conforme Abramovay (2007, p.31), pode-se dizer que a noção de território abre caminho para um avanço no estudo do desenvolvimento, uma vez que convida a dar ênfase na maneira como os atores – privados, públicos e associativos – relacionam-se no plano local. Os territórios podem ser estudados a partir dos laços sociais entre os atores, o que nos remete além da natureza do processo de cooperação em torno do qual se constroem os territórios, à compreensão das instituições públicas e dos próprios mercados<sup>13</sup> que marcam a vida de uma região.

Entretanto, parte significativa da literatura contemporânea sobre desenvolvimento local ou territorial é marcada pela ausência de uma teoria a

---

<sup>13</sup> Mercados cuja construção e funcionamento são o produto histórico de formas determinadas de interação correspondentes a certas relações de forças entre grupos sociais. Os mercados como fruto das relações sociais entre seus atores... Estruturas sociais capazes de fornecer a seus participantes regras de interação e referências cognitivas que moldam suas ações (ABRAMOVAY, 2007, p.31).

respeito da interação social que possa inspirar hipóteses sobre a situação diferenciada das regiões abordadas.

## 7. Bibliografia:

ABRAMOVAY, Ricardo. 2007. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antonio César; FILHO, Niemeyer Almeida (Org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. pp. 19-38. Editora Alínea, Campinas.

CLAVIJO, Clara Villalba. 2007. Comunidades Resilientes metamorfosean sus Territorios. *V Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios Y Agroindustriales: 2-3*. Buenos Aires, Argentina.

BUCH-HANSEN, Mogens. 2003. The territorialisation of rural Thailand: between localism, nationalism and globalism. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 94, n.3: 322-334.

MARSHALL, Alfred. 1985. *Princípios de economia: tratado introdutório*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural. v.2 (Os economistas)

PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Marília Pilar. 2005. *Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável*. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA.

RAFFESTIN, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

SABOURIN, E. 2002. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. pp.21-37. Embrapa, Distrito Federal.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. 2003. *Desarrollo Territorial Rural*. Santiago, Chile: RIMISP<sup>14</sup>, fev.

---

<sup>14</sup> Rede Internacional de Metodologia de Investigação em Sistemas de Produção.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. 1995. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et all (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

VERDE, Valéria Villa. 2004. *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. IPARDES, Curitiba.

VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir Antonio. 2008. *Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais*: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. Disponível em: < [http://idrinfo.idrc.ca/archive/corpdocs/123073/123073\\_7-22\\_ArtigoRimispFinal.pdf](http://idrinfo.idrc.ca/archive/corpdocs/123073/123073_7-22_ArtigoRimispFinal.pdf)>. Acesso em 26 abr.